

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. mo Sr.º Presidente da Assembleia da República

O PCP reuniu no passado mês de julho com o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Curtumes do Sul, bem como com os representantes dos trabalhadores desta empresa, a propósito da informação sobre a decisão de venda da empresa, dentro de um prazo que pode mediar entre 3 meses e 2 anos.

Segundo a informação transmitida, a Triunfo Internacional verá a sua produção deslocalizada para o Chile, Vietname e Índia, sendo a deslocalização motivada pelo desejo de baixar os custos de produção, designadamente no que toca à despesa com salários e proteção social.

Esta situação gera profunda apreensão e preocupação nos trabalhadores pela instabilidade pessoal e familiar que provoca.

Além do despedimento de centenas de trabalhadores, a deslocalização desta empresa corresponderá a mais um passo na destruição do aparelho produtivo nacional, acentuando a grave situação económica e social do país.

O PCP em julho, através de uma Pergunta dirigida ao Governo PSD/CDS defendeu que o Ministério da Economia deveria desencadear todos os instrumentos ao seu alcance para impedir a deslocalização da empresa, a salvaguarda de todos os postos de trabalho e o cumprimento dos direitos dos trabalhadores.

O anterior Governo PSD/CDS nada fez, e em resposta à Pergunta n.º 2937/XII/4 do PCP a 2 de setembro afirmou mesmo que “de acordo com a informação disponibilizada pela administração da Triumph, a empresa encontra-se em laboração com 530 trabalhadores, nada tendo sido anunciado no sentido da redução ou extinção dos postos de trabalho agora existentes”.

Acontece que, no passado dia 11 de novembro os trabalhadores foram informados pelos responsáveis da empresa que “não tendo até este momento aparecido compradores para a fábrica em Portugal, apesar dos contactos feitos nesse sentido com a *HM*, *Intimissi* e *Zara* e

descartada a hipótese de venda, a fábrica poderá não encerrar em janeiro do próximo ano, mas já em dezembro.”

O PCP reafirma a importância do atual Governo desencadear todos os instrumentos ao seu alcance para salvaguardar a unidade produtiva, todos os postos de trabalho e o cumprimento dos direitos dos trabalhadores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais em vigor, solicitamos ao Governo, através do Ministério da Economia, que me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Que informações tem o Governo sobre a situação acima descrita?
2. Que medidas tenciona tomar para salvaguardar a viabilidade da empresa, dos postos de trabalho e do cumprimento dos direitos dos trabalhadores?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 2 de Dezembro de 2015

Deputado(a)s

RITA RATO(PCP)

ANA MESQUITA(PCP)

MIGUEL TIAGO(PCP)